

Público

02-10-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Política

Dimensão: 1110

Imagem: S/Cor

Página (s): 10

# Comissão que investiga submarinos recusa seguir o rasto do dinheiro

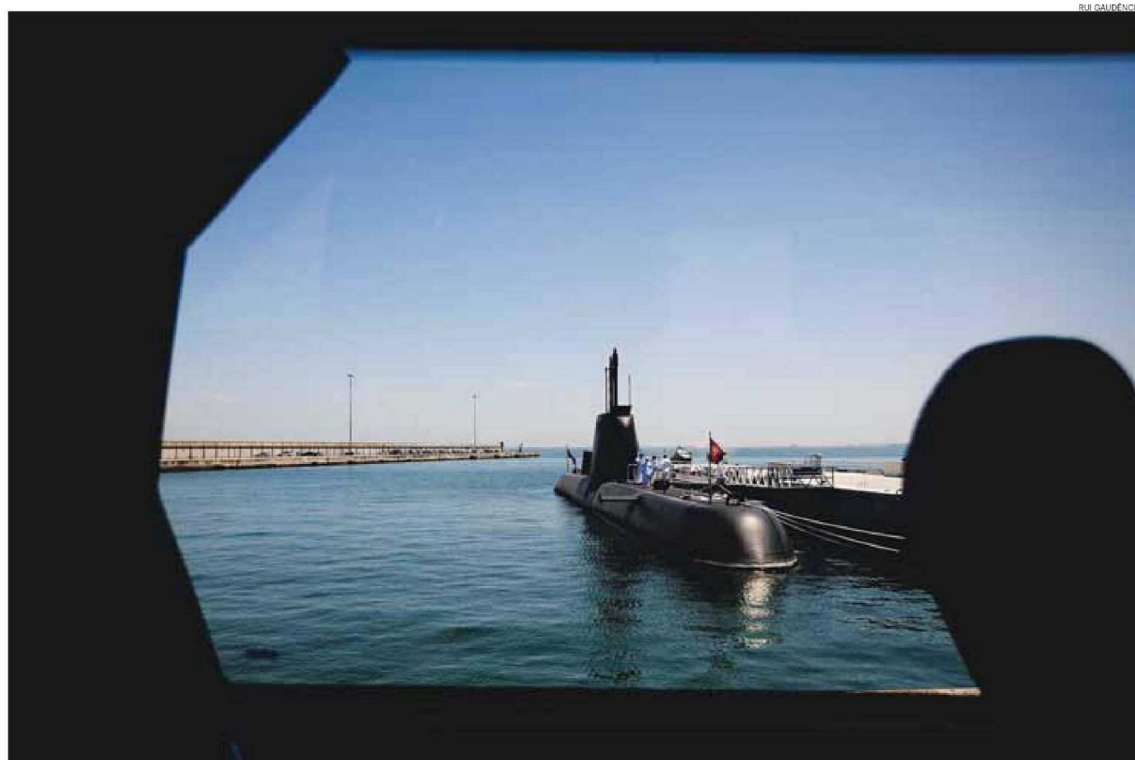
Nunca se esteve tão perto de perceber o destino final da comissão de 30 milhões de euros pagos pelos alemães à Escom e que levantou suspeitas. Mas o inquérito parlamentar foi encerrado

**Parlamento**  
Paulo Pena

Os deputados voltaram a envolver-se numa discussão antiga: estão ou não terminados os trabalhos desta comissão com um nome extenso (Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas de Aquisição de Equipamentos Militares: aeronaves EH-101, P-3 Orion, C-295, F-16, torpedos, submarinos U-209 e blindados Pandur II), mas que João Semedo (BE) garante que ficará para a história como “a rapidinha”?

Para a maioria, estão. Para a oposição, não. E como a maioria dispõe do poder de aceitar e recusar as propostas da oposição — que desta vez se juntou num inédito requerimento conjunto —, a contagem dos votos decidiu que o relatório preliminar, da deputada do PSD Mónica Ferro será apresentado já hoje. Isto, apesar de, como lembrou o presidente, Telmo Correia (CDS), ainda haver 17 audições por transcrever. Filipe Lobo d'Ávila (CDS) salientou outra contabilidade, para justificar o término dos trabalhos: “155 dias de trabalho, 48 audições (53 depoimentos) e 62 reuniões.” Se tudo correr como previsto, os partidos podem apresentar emendas ao relatório até terça-feira. E depois votar-se-á. Mesmo que uma das principais questões que intrigam os cidadãos, há dez anos, pareça condenada a ficar ausente das conclusões: o que levou o consórcio alemão a pagar cerca de 30 milhões a uma empresa portuguesa, a Escom, do Grupo Espírito Santo (GES), e que ligação tem esse facto com o processo que condenou, na Alemanha, dois ex-responsáveis da Ferrostaal e um ex-cônsul honorário de Portugal em Munique — todos alemães — por corrupção?

É certo que os deputados têm repetido, com razão, que o seu mandato não lhes confere os poderes de investigação que cabem apenas à Justiça e que o tema das suspeitas de corrupção está nas mãos do Ministério Público. Mas no próprio dia em que os deputados da maioria decretaram, pela segunda vez, que a comissão estava encerrada, a imprensa voltou a trazer revelações. O jornal *i* revela detalhes de uma reunião do conselho superior do GES, a 7 de Novembro de 2003, em que os principais representantes da família Espírito Santo decidiram



O negócio da compra dos submarinos continua envolto em muitas dúvidas

## Inquérito aos Pandur

Ministério Público confirma processo

O Ministério Público (MP) abriu um inquérito à compra dos blindados Pandur, uma aquisição do Estado quando Paulo Portas era ministro da Defesa, em 2004. Terão surgido novos elementos que levaram a abrir o inquérito. “Na sequência de uma averiguação preventiva, foi instaurado, em Maio de 2014, um inquérito relacionado com a aquisição dos Pandur. Este inquérito está em segredo de justiça”, confirmou ao PÚBLICO a Procuradoria-Geral da República, depois da notícia do *Correio da Manhã*. O inquérito não tem,

para já, qualquer colaboração da Polícia Judiciária. A averiguação preventiva decorria desde 2006. Em Abril deste ano, Paulo Portas foi ouvido pelo MP como testemunha, como então a PGR confirmou. A denúncia sobre irregularidades no negócio chegou ao Ministério da Economia no tempo de Álvaro Santos Pereira. O ministro recebeu um *dossier* com denúncias de burla qualificada e participação económica em negócio. O *dossier* teria também documentos que comprovariam os factos denunciados. **P.S.D.**

partilhar cinco milhões de euros da comissão paga pela empresa alemã à Escom. “Deram-nos cinco a nós e eles [os administradores da Escom] guardaram 15”, relatou Ricardo Salgado aos seus familiares e sócios, segundo o *i*.

Na altura, o GES detinha 67% da Escom (estando os restantes 33% nas mãos de Helder Bataglia). E o banco do grupo, o BESI, fora contratado pelo Governo da altura (liderado por Durão Barroso) como parceiro minoritário do consórcio financeiro que “emprestou” o dinheiro (mil milhões de euros) para a compra dos submarinos. Também aqui a comissão descobriu que a vitória do consórcio que integrava o BES é, no mínimo, polémica, uma vez que no final do leilão bancário a oferta do *spread* (margem de lucro do banco) foi modificada.

A comissão paga pelos alemães à Escom incluía o trabalho na definição

das contrapartidas. Contudo, esse foi um dos aspectos mais nebulosos deste processo, estando ainda por cumprir a maioria do valor previsto. Por isso, o pagamento à Escom sempre levantou dúvidas. O *Expresso* revelou, em Março, que os destinatários finais do dinheiro da Escom, que circulou por diversas entidades e países, eram os próprios dirigentes do GES e da Escom. A própria empresa reconhecia isso em comunicado: “A Escom e o seu conselho de administração sempre actuaram com total conhecimento e concordância dos seus então accionistas (...). E de outra forma não poderia ser, nomeadamente no que toca à definição de critérios ou políticas de distribuição de resultados a título de prémios, remunerações ou distribuição de dividendos.” Mas ninguém da cúpula do GES será chamado a explicar mais do que isto, porque a comissão parlamentar encerrou.